

CAMARA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO

/2019 PROJETO DE LEI N°

PROTOCOLO N. 388F DATA ENTR 0810712019 HORARIO 16:36/15

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO CODEMA (CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PONSAVEL O Prefeito Municipal de Visconde do Rio Branco, Estado de Minas Gerais. Faço saber que o povo do Município de Visconde do Rio Branco, por seus representantes, os vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Da Criação do

Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental

Art.1°. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA de Visconde do Rio Branco é um órgão colegiado, autônomo, de gestão democrática participativa e composição paritária, com representatividade de órgãos vinculados do poder público e da sociedade civil organizada, integrante do sistema municipal, investido de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e normativo, nos termos desta Lei.

Parágrafo Único: O CODEMA, Conselho Municipal de Meio Ambiente, ficará vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Obras e Mobilidade Urbana, recebendo suporte estrutural, pessoal e executivo, destas secretarias ou, em sua falta, daquela que exercer as funções de órgão executivo da gestão ambiental local.

Art.2°. As sessões do Conselho serão públicas e os atos por ele praticados, amplamente divulgados, salvo quando, por motivo justificado e necessidade de cautelas com segurança.

Parágrafo Único - O conselho reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, quando se julgar necessário.

A função dos membros do CODEMA é considerada como relevante serviço prestado à comunidade e para o bem estar coletivo, voltado à obtenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado,



apropriado à sadia qualidade de vida.

Parágrafo Único - As funções desempenhadas pelos membros do CODEMA são consideradas serviço de relevante valor social, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária, exceto diárias, em caso de viagens a serviço do Conselho na forma da lei e utilização de veículo público.

- Art.4°. Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental CODEMA compete:
- I. propor diretrizes e normas para a Política Municipal de Meio Ambiente;
- II. propor normas técnicas e legais, procedimentos e ações visando a defesa, conservação, recuperação e melhoria da qualidade ambiental do município, observada a legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente e vigente;
- III. exercer a ação fiscalizadora de observância às normas contidas na Lei Orgânica Municipal e no Código Municipal de Meio Ambiente;
- IV. obter e repassar informações e subsídios técnicos relativos ao desenvolvimento ambiental, aos órgãos públicos, entidades públicas e privadas da comunidade em geral;
- V. atuar no sentido da conscientização pública para o desenvolvimento ambiental promovendo a educação ambiental formal e informal, com ênfase aos problemas do Município;
- VI. subsidiar o Ministério Público, nos procedimentos que dizem respeito ao Meio Ambiente, previsto na Constituição Federal de 1988;
- VII. solicitar aos órgãos competentes o suporte técnico, complementar, às ações executivas do Município na área ambiental;
- VIII. propor a celebração de convênios, contratos e acordos com as entidades públicas, órgãos governamentais e empresas privadas que tenham cunho ambiental e sócioambiental;
- IX. opinar e aprovar, previamente, os planos e programas anuais e
 plurianuais de trabalho na área ambiental;
- X. apresentar anualmente proposta orçamentária ao executivo municipal, inerente ao seu funcionamento;
 - XI. identificar e informar à comunidade e aos órgãos públicos



competentes Federal, Estadual e Municipal, sobre a existência de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação;

- XII. opinar sobre a realização de estudos alternativos sobre as possíveis consequências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando das entidades envolvidas as informações necessárias ao exame da matéria, visando à compatibilização do desenvolvimento econômico com a proteção ambiental;
- XIII. acompanhar o controle permanente das atividades degradadoras e poluidoras ou potencialmente poluidoras e degradadoras, de modo a compatibilizá-las com as normas e padrões ambientais vigentes denunciando qualquer alteração que promova impacto ambiental ou desequilíbrio ecológico;
- XIV. receber notificações feitas pela população, diligenciando no sentido de apuração e fiscalizar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis, sugerindo ao Prefeito Municipal as providências cabíveis;
- XV. acionar os órgãos competentes para localizar, reconhecer, mapear e cadastrar recursos naturais existentes no Município para o controle das ações capazes de afetar ou destruir o meio ambiente;
- XVI. dar parecer nos estudos sobre o uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, rural e em área de expansão urbana, posturas municipais, obras e serviços urbanos, visando à adequação das exigências do meio ambiente, ao desenvolvimento do município;
- XVII. examinar e deliberar juntamente com o órgão ambiental competente sobre a emissão de alvarás de localização, de funcionamento e de vigilância sanitária, no âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras, bem como sobre as solicitações de certidões para licenciamento;
- XIX. realizar e coordenar as audiências públicas, quando for o caso, visando à participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras;
- XX. propor ao Executivo Municipal a instituição de unidades de conservação, visando à proteção de sítios de beleza excepcional, dos mananciais, do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, espeleológico e áreas representativas de ecossistemas



destinados à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia;

- XXI. responder à consulta sobre matéria de sua competência;
- XXII. deliberar sobre o corte e supressão de espécies arbóreas em área urbana;
- XXIII. acompanhar as reuniões das Câmaras do COPAM em assuntos de interesse do Município;
- XXIV. definir política de subsídios na área de financiamento para projetos ambientais;
- XXV. acompanhar a execução dos programas ambientais, cabendo-lhe, inclusive, suspender o desembolso de recursos caso sejam constatadas irregularidades na aplicação;
- XXVI. atuar como Conselho Assessor para as Áreas de Proteção Ambiental que existirem no Município;
- **XXVII.** definir a forma de repasse a terceiros dos recursos sob responsabilidade do Fundo;
- **XXVIII.** definir normas para a Gestão do patrimônio vinculado ao Fundo;
- XXIX. acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do fundo, solicitando se necessário o auxílio do órgão de Finanças do Executivo;
- **XXX.** solicitar ao executivo municipal a contratação de equipe especializada em gestão ambiental, com expertise e experiência comprovada na área para apoiar a execução de serviços de interesse do Conselho;
- **XXXI.** sanar as dúvidas quanto à aplicação de normas regulamentares relativas ao fundo, nas matérias de sua competência;
- **XXXII.** propor medidas de aprimoramento do desempenho do fundo, bem como outras formas de atuação visando à consecução dos objetivos dos programas ambientais;
- **XXXIII.** acompanhar a execução os Programas Ambientais, cabendo inclusive suspender o desembolso de recursos caso seja constatados irregularidades na aplicação
- Art.5°. O suporte financeiro, técnico e administrativo indispensável à instalação e ao funcionamento do CODEMA, será prestado diretamente pela Prefeitura Municipal, através do órgão executivo municipal de meio ambiente.



- Art.6°. O CODEMA terá composição paritária de membros, a ser composta da seguinte maneira:
- I. Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio
- II. Um representante da Secretaria Municipal de Obras e Mobilidade Urbana;
- III. Um representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
 - IV. Um representante da Câmara Municipal;
 - V. Um representante da EMATER;
- VI. Um representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de Visconde do Rio Branco - FIEMG;
 - VII. Um representante da AMIX Associação de Amigos do Xopotó;
 - VIII. Um representante do Rotary Club de Visconde do Rio Branco;
- IX. Um representante da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
- X. Um representante da Federação das Associações Comunitárias de Visconde do Rio Branco;
- Art.7°. Cada membro do Conselho terá um suplente que o substituirá
 em caso de impedimento ou qualquer ausência.
- Art.8°. Após o processo de indicação dos membros para o CODEMA Conselho Municipal de Meio Ambiente, o conselho irá se reunir em seção solene, para a eleição e posse dos indicados.
- \$1° No mesmo ato, será eleito pelos membros as seguintes funções
 do Conselho:
 - I. Um Presidente e Vice Presidente;
 - II. Um Secretário;
 - III. Um Tesoureiro.
- \$2°. Após eleição dos membros, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente promoverá a deliberação sobre seu funcionamento, por meio de Resolução, que deverá ser aprovada por maioria



composta.

- §3°. Demais instruções técnicas, quando aprovadas por maioria simples, que deliberarão quanto ao funcionamento, organização interna e orientações quanto às questões ambientais que envolvam o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental deverão ser publicadas no Informativo Municipal, com a devida aprovação do Conselho, e anuência da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
- Art. 9°. A agenda das sessões deverá ser definida pelos membros do CODEMA, e divulgadas em meios de comunicação local, para conhecimento da população e interessados.

Parágrafo Único - Em se tratando de reunião extraordinária, onde prevalecerá o interesse público, ou o interesse social e ou o risco eminente, deverá o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental - CODEMA realizar sua seção extraordinária sem a necessidade de divulgação de datas em periódico oficial.

- Art. 10. O mandato dos membros do CODEMA é de dois anos, permitida uma recondução, à exceção dos representantes do executivo e do legislativo municipal.
- Art. 11. Os órgãos e entidades mencionadas no Artigo 7° poderão substituir o membro efetivo indicando o seu suplente, mediante comunicação por escrito dirigida ao Presidente do CODEMA.
- Art. 12 A convocação será feita por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias para as sessões ordinárias e de 24 (vinte e quatro) horas para as sessões extraordinárias.
- Art. 13. As decisões do Conselho serão tomadas com a presença de no mínimo 50% (cinquenta) por cento mais um de seus membros, tendo o Presidente o voto de qualidade e desempate.
- Art. 14. O conselho poderá solicitar a colaboração de servidores do Poder Executivo para assessoramento em suas reuniões, podendo constituir



uma Secretaria Executiva.

Parágrafo Único - A Secretaria Executiva será responsável pela elaboração das atas e disponibilização das matérias a serem votadas para todos os conselheiros com antecedência mínima de 08 (oito) dias da realização das sessões.

- Art. 15. Para seu pleno funcionamento, ao Conselho fica autorizado a utilizar serviços infra-estruturais das unidades administrativas do Poder Executivo.
- Art. 16. O Conselho manterá estreito intercâmbio com os órgãos das administrações municipal, estadual e federal, com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos relativos à defesa do meio ambiente.
- Art. 17. Deverão ser convocados para as reuniões, caso o assunto seja pertinente representantes do Ministério Público.
- Art. 18. O não comparecimento a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas durante 12 (doze) meses, implica na exclusão do membro da entidade do CODEMA.
- Art. 19. O CODEMA poderá instituir se necessário, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse, e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.
- Art. 20. No prazo máximo de noventa dias após a instalação, o CODEMA elaborará o seu Regimento interno, que deverá ser aprovado por decreto do Prefeito Municipal.
- Art. 21. A instalação do CODEMA e a composição dos seus membros ocorrerão no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da publicação desta lei.
- Art. 22. Revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei N° 1.273/2016.



Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Visconde do Rio Branco, 04 de julho de 2019.

Prefeito Municipal

Iran Silva Couri